



CÂMARA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**:

O Bolsa Família registrou, em 2025, a saída de mais de 2 milhões de famílias. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social apontam que a redução está ligada principalmente ao aumento de renda e à reestruturação das regras de permanência. Em outubro, o programa atendeu 18,9 milhões de lares, menor marca desde o início do atual governo e também o nível mais baixo desde julho de 2022.

Entre as 2,06 milhões de famílias que deixaram o Bolsa Família neste ano, 1,3 milhão teve o benefício encerrado por aumento da renda familiar. Outras 726,7 mil saíram após o fim do período da regra de proteção, que permite a permanência temporária no programa com o recebimento de metade do valor por até um ano. O Bolsa Família é voltado a famílias com renda *per capita* de até R\$ 218 mensais. Quando o domicílio passa desse limite, mas permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente para garantir a transição até a autonomia financeira.

“Quem entra no Bolsa Família só sai para cima, seja porque conquistou uma renda maior com o trabalho, seja porque abriu o próprio negócio.”, afirmou o ministro Wellington Dias. A saída de beneficiários coincide com a melhora do mercado de trabalho. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 58% das novas vagas formais abertas no primeiro semestre foram preenchidas por pessoas inscritas no Bolsa Família. Levantamento do Sebrae mostra ainda que 55% dos microempreendedores individuais (MEIs) registrados no Cadastro Único começaram a empreender após entrarem no sistema social.

A redução do número de famílias beneficiadas ganhou força a partir de maio, quando o governo alterou os critérios da regra de proteção. As novas diretrizes reduziram o prazo e o teto para permanência, o que ajudou a enxugar o programa e a focalizar os recursos nas famílias mais vulneráveis. Para o governo, o movimento de saída de beneficiários representa um sinal de amadurecimento do programa. “É um caminho sustentável. Quanto mais avançarmos em educação e oportunidades, mais seguro será o futuro das famílias brasileiras”, disse Wellington Dias, destacando que o objetivo é transformar o Bolsa Família em uma política de transição, e não de dependência.

(Marina Verenicz. *Com aumento de renda, 2 milhões de famílias deixam o Bolsa Família em 2025.* <https://www.infomoney.com.br>).
29.10.2025 Adaptado)

- 01.** De acordo com informações do texto, é correto afirmar sobre o Bolsa Família que
- (A) mais de 2 milhões de pessoas tiveram de ser desassistidas do programa porque deixaram de cumprir os requisitos para receberem o benefício, entre eles, a regularização em emprego formal.
 - (B) o programa já é tido como uma política de transição, com critério de permanência por apenas alguns meses, para que os beneficiados não se tornem dependentes do auxílio.
 - (C) o governo afirma que houve independência financeira por parte das famílias, quando, na verdade, mais da metade das famílias deixou o programa porque o governo reduziu o teto salarial.
 - (D) o programa contribui para que as famílias inscritas alcancem autonomia financeira, considerando, por exemplo, a possibilidade que elas têm de empreender depois que entram no sistema.
 - (E) mesmo com o aquecimento do mercado, 42% das famílias inscritas no programa deixam de se candidatar a vagas de empregos formais, sob o risco de perderem o benefício assistencial.
- 02.** Considerando o sentido do texto, diante do cenário reportado em relação ao programa social, as citações do ministro Wellington Dias representam uma postura
- (A) cética.
 - (B) ardilosa.
 - (C) hesitante.
 - (D) auspiciosa.
 - (E) repreensiva.
- 03.** No contexto em que estão inseridos, os termos destacados no trecho “Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social apontam que a redução está ligada **principalmente** ao aumento de renda e à **reestruturação** das regras de permanência.” (1º parágrafo) podem ser substituídos, correta e respectivamente, por
- (A) ocasionalmente; reorganização.
 - (B) especialmente; preservação.
 - (C) fortuitamente; reformulação.
 - (D) mormente; preservação.
 - (E) sobretudo; alteração.

04. Está empregada em sentido figurado a palavra destacada em:
- (A) Em outubro, o programa atendeu 18,9 milhões de **lares**... (1º parágrafo)
 - (B) ... permite a permanência **temporária** no programa... (2º parágrafo)
 - (C) A **saída** de beneficiários coincide com a melhora do mercado de trabalho. (3º parágrafo)
 - (D) A redução do número de **famílias** beneficiadas ganhou força a partir de maio... (4º parágrafo)
 - (E) ... e a focalizar os recursos nas famílias mais **vulneráveis**. (4º parágrafo)
05. Assinale a alternativa em que o acréscimo de vírgula ao trecho do texto preserva a norma-padrão de pontuação.
- (A) ... menor marca desde o início do atual, governo... (1º parágrafo)
 - (B) o benefício é mantido parcialmente, para garantir a transição até a autonomia financeira. (2º parágrafo)
 - (C) “Quem entra no Bolsa Família, só sai para cima...” (3º parágrafo)
 - (D) Levantamento do Sebrae mostra ainda que, 55% dos microempreendedores individuais ... (3º parágrafo)
 - (E) ... o movimento de saída de beneficiários representa, um sinal de amadurecimento do programa. (4º parágrafo)
06. No trecho do 2º parágrafo “Entre **as 2,06 milhões de famílias** que deixaram o Bolsa Família neste ano...”, a expressão destacada está reescrita, em conformidade com o sentido do texto e a norma-padrão da língua portuguesa, em:
- (A) os dois milhões e seis famílias
 - (B) os dois milhões e seis mil famílias
 - (C) as duas milhões e sessenta de famílias
 - (D) as duas milhões e seiscentas de famílias
 - (E) os dois milhões e sessenta mil de famílias
07. O trecho “Quando o domicílio passa desse limite, mas permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...” (2º parágrafo) pode ser reescrito, sem prejuízo para o sentido do texto, da seguinte maneira:
- (A) Se o domicílio passar desse limite, porém permanecer abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (B) Ao passo que o domicílio passe desse limite, portanto permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (C) Sempre que o domicílio passa desse limite, sem que permaneça abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (D) Enquanto o domicílio passa desse limite, ou permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (E) De modo que o domicílio passe desse limite, ainda que permaneça abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
08. Está em conformidade com a norma-padrão de concordância a seguinte frase:
- (A) Ainda que não seja monetariamente suficiente, os recursos do Bolsa Família tem cumprido seu papel social.
 - (B) Está claro para o governo brasileiro a capacidade de ascensão econômica que as famílias assistidas tem.
 - (C) Existem várias razões para que milhões de famílias no Brasil tenham deixado o Bolsa Família em 2025.
 - (D) Destaca-se nesse cenário aqueles que, não conseguindo um emprego formal, partiu para o empreendedorismo.
 - (E) O programa Bolsa Família é necessária para o combate à miséria no país, ainda que recebam diversas críticas.



(Bob Thaves. Frank & Ernest.
<https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>. 20.10.2025)

09. Assinale a alternativa em que a frase está redigida conforme a norma-padrão de regência e crase.

- (A) A tira trata à ausência do plano de redução do déficit nos debates como um caso de desaparecimento.
- (B) A tira refere-se às imagens de desaparecidos na caixa de leite, ao tratar do plano de redução de déficit.
- (C) A tira critica às promessas feitas pelos governantes que desaparecem dos debates com o tempo.
- (D) A tira reconhece à falta de uma política pública que trate da redução do déficit orçamentário.
- (E) A tira analisa à ausência do plano de redução de déficit quando se propõe o debate sobre o orçamento.

10. A resposta à pergunta que consta na tira pode ser reescrita, respeitando o sentido e a norma-padrão, da seguinte forma:

- (A) Dias atrás tinha visto-o numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (B) Dias atrás tinha visto-lhe numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (C) Dias atrás tinha-o visto numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (D) Dias atrás tinha-lhe visto numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (E) Dias atrás o tinha visto numa foto estampada em uma caixa de leite.

11. O saldo bancário de Manoela, em determinado dia era X.

Seguem três movimentações feitas por Manoela:

1ª movimentação: retirada de $\frac{1}{25}$ de X.

2ª movimentação: depósito de um valor equivalente a $\frac{1}{3}$ do saldo vigente.

3ª movimentação: retirada de $\frac{1}{16}$ do saldo vigente.

Após essas movimentações, o saldo X foi alterado e agora é um valor

- (A) 20% menor do que X.
- (B) 10% menor do que X.
- (C) igual a X.
- (D) 10% maior do que X.
- (E) 20% maior do que X.

12. Em um parque de diversões havia duas rodas gigantes, postadas paralelamente uma a outra, e com tempos diferentes para completar uma volta. Breno entrou na roda, que gastava 15 segundos para dar uma volta, e Beatriz entrou na outra roda, que gastava 25 segundos a cada volta. As duas rodas iniciaram seus giros ao mesmo tempo com Breno e Beatriz sentados na posição inicial, cada um em sua respectiva roda. Durante os giros, Breno e Beatriz coincidem algumas vezes na posição inicial, até que, ao coincidirem, nessa posição, pela 4ª vez, as rodas param e eles saem.

Desse modo, é correto afirmar que o número de voltas a mais dadas pela roda de Breno, em relação ao número de voltas dadas pela roda de Beatriz, é igual a

- (A) 16.
- (B) 12.
- (C) 10.
- (D) 8.
- (E) 6.

13. Dois preços são tais que o preço de F é 10% a mais do que o preço de G. Se o preço de F cair 10%, qual deve ser a porcentagem de aumento do preço G para que o novo preço de G seja 10% a mais do que o novo preço de F?

- (A) 10,1%
- (B) 9,8%
- (C) 8,9%
- (D) 8,1%
- (E) 7,8%

14. Uma empresa possui em seu quadro de funcionários, 60 homens e 84 mulheres. Dentre esses homens, a razão entre aqueles que têm menos que 30 anos e os que têm 30 anos ou mais é $\frac{2}{3}$ e essa mesma razão, entre essas mulheres, é $\frac{3}{4}$.

Se o grupo todo de funcionários for considerado, a razão, entre pessoas com menos de 30 anos e o total de funcionários, é igual a:

- (A) $\frac{5}{12}$
- (B) $\frac{9}{13}$
- (C) $\frac{5}{7}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{7}{8}$
15. O lucro da venda de uma empresa será repartido em partes diretamente proporcionais às cotas dos três sócios. O sócio majoritário possuía 8 cotas, um segundo sócio, 4 cotas, e o terceiro sócio, 3 cotas. O terceiro sócio doou, sua parte desse lucro, igualmente para os seus três filhos. A fração do lucro da venda que cada um desses filhos recebeu é igual a:

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{1}{5}$
- (C) $\frac{1}{12}$
- (D) $\frac{1}{15}$
- (E) $\frac{1}{18}$

16. Se 12 pessoas executariam, conjuntamente, uma tarefa em 3 horas e 20 minutos, quantas pessoas a mais seriam necessárias, para que executassem essa mesma tarefa, em um tempo de 50 minutos a menos do que o tempo mencionado anteriormente? Suponha que todas possuem a mesma produtividade de trabalho.

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 8.
- (D) 16.
- (E) 20.

17. O perímetro de um terreno em forma de quadrilátero é igual a 74,25 m. Das relações entre as medidas dos lados, sabe-se que um deles mede x m, outro mede

$$\left(\frac{x}{2} - 1\right) \text{ m, o terceiro lado mede } 2 \cdot \left(x - \frac{1}{2}\right) \text{ m e o quarto}$$

lado mede $(3x - 5)$ m.

A diferença entre a medida do maior lado e a medida do menor lado é

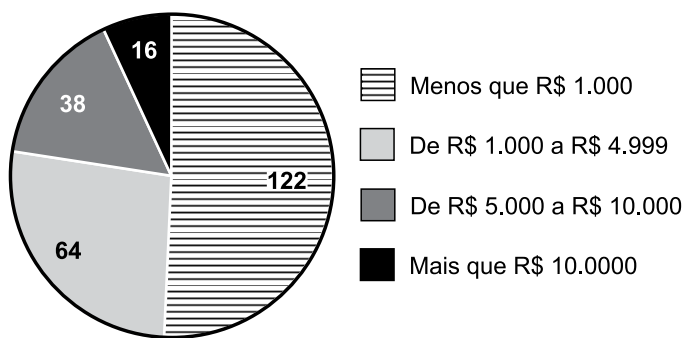
- (A) 22,75 m.
- (B) 24,5 m.
- (C) 25,0 m.
- (D) 26,8 m.
- (E) 27,25 m.

18. Por conta de mau tempo, uma viagem durou 5 horas e 42 minutos. Sabe-se que em situação normal, a velocidade média dessa viagem seria o triplo da velocidade média, nesse dia, sendo assim o tempo de viagem, nessa situação normal, seria igual a

- (A) 1 hora e 58 minutos.
- (B) 1 hora e 54 minutos.
- (C) 1 hora e 50 minutos.
- (D) 1 hora e 48 minutos.
- (E) 1 hora e 44 minutos.

19. Considere o gráfico a seguir:

Número de devedores por faixa (em R\$)



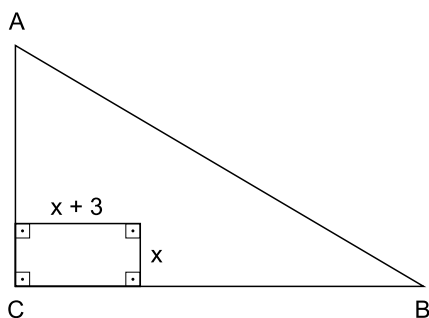
(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Ao observar o gráfico de devedores de uma loja de empréstimos, o gerente decidiu fazer uma campanha para diminuir a inadimplência. Como resultado dessa campanha, 42 devedores da faixa daqueles que devem menos do que R\$ 1.000 quitaram suas dívidas, dentre aqueles que devem mais do que R\$ 10.000 o número subiu para 18. Não houve alteração do número de devedores nas demais faixas.

Se um novo gráfico de setores for construído com essas alterações, a medida do ângulo central que representa aqueles que devem menos que R\$ 1.000, será menor do que a respectiva medida no gráfico anterior, em:

- (A) 28°
- (B) 32°
- (C) 35°
- (D) 39°
- (E) 42°

20. A figura a seguir, fora de escala, representa um terreno em formato de um triângulo retângulo ABC, com uma demarcação interna no formato de um retângulo. O perímetro do retângulo é de 18 m, e no triângulo ABC a medida do lado AB é $(8x + 2)$ m e do lado AC é $(x + 7)$ m.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Excluindo a demarcação retangular, é correto afirmar que a área do terreno é de

- (A) 120 m^2 .
- (B) 108 m^2 .
- (C) 102 m^2 .
- (D) 98 m^2 .
- (E) 92 m^2 .

LEGISLAÇÃO

21. Considere que o Prefeito do Município de Alumínio/SP pretende contrair empréstimo (operação de crédito) junto à instituição de fomento internacional, com o objetivo de financiar a aquisição e a instalação de placas solares destinadas à geração de energia para uso nos prédios públicos municipais. Após a divulgação da notícia na imprensa local, o Presidente da Câmara Municipal convoca reunião com os servidores técnicos da Casa a fim de verificar se a realização da operação de crédito depende, ou não, da autorização do Poder Legislativo.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, os profissionais presentes à reunião deve afirmar, corretamente, que a operação de crédito

- (A) deve ser aprovada pela Câmara Municipal, mediante a expedição de resolução do presidente da Casa.
- (B) não precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo, por se tratar de competência privativa do Poder Executivo.
- (C) não precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo, pois compete exclusivamente ao Senado Federal validar operações de crédito externas.
- (D) não pode ser realizada, pois o Município não tem autorização para contrair empréstimos fora do País.
- (E) pode ser realizada, desde que aprovada lei por meio de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

22. A respeito das regras de funcionamento da Câmara Municipal, com base na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, assinale a alternativa correta.

- (A) As reuniões extraordinárias são convocadas, privativamente, pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara.
- (B) A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.
- (C) As sessões da Câmara Municipal serão públicas, salvo deliberação em contrário, da maioria dos seus membros, e desde que haja motivo público relevante.
- (D) Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada e para a análise das medidas provisórias, que estejam pendentes de apreciação.
- (E) Em face do formalismo ínsito às sessões solenes, estas devem ser realizadas exclusivamente no recinto da Câmara Municipal.

23. É início de legislatura, e os setores de Contabilidade e Controle Interno da Câmara Municipal estão promovendo cursos de capacitação destinados aos profissionais que integrarão os gabinetes dos Vereadores recém-empossados. O objetivo é oferecer um panorama geral sobre as regras de funcionamento do Poder Legislativo. Durante as aulas, alguns participantes têm manifestado diversas dúvidas acerca da forma e dos limites da atuação da Câmara Municipal no exercício do controle externo sobre o Poder Executivo.

Com base nesse contexto e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, os instrutores afirmam, corretamente, que

- (A) a Câmara Municipal não pode apreciar as contas do Prefeito, pois estas são julgadas pelo Tribunal de Contas.
- (B) a Câmara Municipal deve tomar e julgar as contas do Prefeito Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.
- (C) a Câmara Municipal possui a competência para apreciar as contas apresentadas pelo Prefeito e também as fornecidas pela Mesa da Própria Câmara.
- (D) a Câmara Municipal possui a atribuição de julgar as contas do Prefeito, mas não dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos, que serão apreciadas pelo Tribunal de Contas.
- (E) o controle externo será exercido sobre as contas do Prefeito, apenas caso comprovada a inoperância dos mecanismos de controle interno e da atuação do Tribunal de Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24. Considere que o Prefeito apresentou projeto de lei destinado a alterar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, com o intuito de adequar diversas de suas regras, no âmbito municipal, aos padrões adotados pela União. O processo legislativo contendo a proposição foi recebido pelo Presidente da Câmara Municipal, que, em razão da relevância e da especificidade do tema, convoca reunião com Joana, servidora efetiva da Casa, para analisar as condições para seu regular prosseguimento.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, Joana deve afirmar corretamente que

- (A) a proposta possui vício de iniciativa, pois o Poder Executivo não pode iniciar projeto de lei com esse tema.
- (B) o projeto de lei, na verdade, é desnecessário, pois compete ao Prefeito dispor sobre o assunto por Decreto.
- (C) o projeto, para ser aprovado, precisa da concordância da maioria simples dos membros da Câmara, e poderia ter sido proposto por vereador, pois não se trata de tema de iniciativa reservado ao Prefeito.
- (D) para ser aprovada, a proposta precisa contar com voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (E) a medida precisa ser objeto de lei complementar, cuja aprovação deve ser realizada por voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

25. Com relação ao regime jurídico do zoneamento urbano, na forma da Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei de zoneamento urbano somente poderá ser alterada uma vez em cada ano.
- (B) Compete à Câmara Municipal aprovar projetos de zoneamento para fins urbanos, dependendo do voto favorável da maioria relativa de seus membros.
- (C) Os projetos de lei sobre zoneamento urbano, para serem aprovados, precisam de voto favorável de três quintos dos membros da Câmara.
- (D) Compete ao Prefeito, mediante Decreto, estabelecer as normas de zoneamento urbano, respeitados os parâmetros fixados no Estatuto da Cidade.
- (E) O zoneamento urbano deve ser disciplinado no Plano Diretor, que deverá ser revisto a cada dois anos.

26. Determinado município paulista, constituído por poder executivo, legislativo e com tribunal de contas do município, obteve, no último período de apuração, receita orçamentária líquida de R\$ 150.000.000,00.

Conforme define a Lei Complementar nº 101/2000, a despesa com pessoal na Câmara de Vereadores não poderá superar o valor de

- (A) R\$ 15.000.000,00 e inclui o Tribunal de Contas do Município.
- (B) R\$ 9.000.000,00 e não inclui o Tribunal de Contas do Município.
- (C) R\$ 9.000.000,00 e inclui o Tribunal de Contas do Município.
- (D) R\$ 7.500.000,00 e inclui o Tribunal de Contas do Município.
- (E) R\$ 7.500.000,00 e não inclui o Tribunal de Contas do Município.

27. A Lei de Responsabilidade Fiscal define como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada:

- (A) somente de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (B) somente de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- (C) somente de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (D) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- (E) de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

28. A Lei de Responsabilidade Fiscal é aplicável:

- (A) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- (B) somente à União, aos Estados e aos municípios.
- (C) somente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) somente à União e aos Estados.
- (E) somente à União.

- 29.** A Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 define concorrência como modalidade de licitação para contratação de
- (A) bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento exclusivo é o de menor preço.
 - (B) bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico.
 - (C) bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, para o que são admissíveis cinco diferentes critérios de julgamento.
 - (D) serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser de menor preço, maior retorno econômico ou maior desconto.
 - (E) obras e serviços especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: técnica e preço ou maior retorno econômico ou maior desconto.
- 30.** Conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, entende-se por pregão a modalidade de licitação obrigatória para
- (A) alienação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (B) aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (C) aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento deverá forçosamente ser o de menor preço.
 - (D) aquisição ou alienação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (E) aquisição ou alienação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento deverá forçosamente ser o de menor preço.
- 31.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª Edição, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.
- Nesse contexto, são definidas como características qualitativas da informação contábil no setor público:
- (A) relevância, compreensibilidade e tempestividade.
 - (B) representação fidedigna, custo-benefício e verificabilidade.
 - (C) equilíbrio entre as características qualitativas, tempestividade e relevância.
 - (D) verificabilidade, equilíbrio entre as características qualitativas e tempestividade.
 - (E) custo-benefício, relevância e compreensibilidade.
- 32.** No tocante à característica qualitativa relevância, o entendimento trazido à luz pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª Edição é de que as informações financeiras
- (A) são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. Somente as informações contábeis e financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.
 - (B) são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. Somente as informações contábeis e financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, a não ser que alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.
 - (C) são relevantes caso não sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. Somente as informações contábeis e financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, a não ser que alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.
 - (D) e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.
 - (E) e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, a não ser que alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.

33. Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, aumentam o saldo financeiro da instituição e pertencem ao Estado.

Quanto ao conceito e classificação de receitas orçamentárias, é correto afirmar que é toda receita arrecadada que porventura represente ingressos financeiros orçamentários, inclusive se provenientes de operações de crédito,

- (A) exceto: operações de crédito por antecipação de receita – ARO5, emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, independentemente de a LOA registrar a previsão de arrecadação.
- (B) exceto: operações de crédito por antecipação de receita – ARO5, emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, condicionada ao registro de sua previsão de arrecadação na LOA.
- (C) operações de crédito por antecipação de receita – ARO5, emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, independentemente de a LOA registrar a previsão de arrecadação.
- (D) operações de crédito por antecipação de receita – ARO5, emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, condicionada ao registro de sua previsão de arrecadação na LOA.
- (E) condicionada ao registro de sua previsão de arrecadação na LOA.

34. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Com relação ao princípio da unidade, é correto afirmar que também é conhecido como princípio da

- (A) totalidade e refere-se à determinação de que a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (B) universalidade e refere-se à determinação de que a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (C) totalidade e refere-se à determinação de que a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União e dos Estados deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) universalidade e refere-se à determinação de que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (E) totalidade e refere-se à determinação de que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

35. Empenho, segundo o art. 58, da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implementação de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico, quando a despesa está empenhada.

Quanto ao valor do Empenho, é correto afirmar que

- (A) não pode ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada; caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, assim como quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.
- (B) pode ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada; caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente e será anulado totalmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.
- (C) pode ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, assim como quando o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada. Será anulado totalmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.
- (D) pode ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada; caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, da mesma forma que quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.
- (E) não pode ser reforçado quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, nem anulado parcialmente, caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada. Não pode ser anulado, mesmo quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.

36. A fase da execução da despesa em liquidação

- (A) permanece conforme prevista na Lei nº 4.320/1964, busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador e possibilita a separação entre os empenhos não liquidados que possuem fato gerador dos que não possuem.
- (B) permanece conforme prevista na Lei nº 4.320/1964, busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do empenho e possibilita a separação entre os fatos geradores que possuem empenhos não liquidados dos que não possuem.
- (C) foi incluída no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a partir de 2014, busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador e possibilita a separação entre os empenhos não liquidados que possuem fato gerador dos que não possuem.
- (D) foi incluída no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a partir de 2014, busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do empenho e possibilita a separação entre os fatos geradores que possuem empenhos não liquidados dos que não possuem.
- (E) foi incluída no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a partir de 2014, busca o registro contábil no patrimônio de acordo com a ocorrência do fato gerador e possibilita a separação entre os fatos geradores que possuem empenhos não liquidados dos que não possuem.

37. Considere os valores de receitas e despesas registrados na contabilidade do atual exercício de um ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 150.000.000,00.
- Empenho da despesa no valor de R\$ 145.000.000,00.
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 115.000.000,00.

Considerando que o efetivo pagamento de todas as despesas ocorrerá somente no exercício seguinte, ao final do presente exercício, o referido ente público

- (A) não deverá fazer inscrição de Restos a Pagar, pois houve liquidação de despesa.
- (B) deverá fazer somente a inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$ 5.000.000,00.
- (C) deverá fazer somente a inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$ 30.000.000,00.
- (D) deverá fazer somente a inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$ 145.000.000,00.
- (E) deverá fazer inscrição de R\$ 115.000.000,00 de Restos a Pagar Processados e R\$ 30.000.000,00 de Restos a Pagar Não Processados.

- 38.** Conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, nessa sequência:
- (A) verificação, empenho e pagamento.
 - (B) verificação, empenho e liquidação.
 - (C) empenho, verificação e liquidação.
 - (D) empenho, liquidação e pagamento.
 - (E) empenho, pagamento e liquidação.
- 39.** De acordo com o art. 13, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre improbidade administrativa, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa declaração, será apenado com pena de
- (A) demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
 - (B) demissão, sem punições adicionais.
 - (C) demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis quando se tratar de falsa declaração e sem punições adicionais pela recusa.
 - (D) afastamento imediato das funções por um ano, após o que será chamado a regularizar a pendência.
 - (E) advertência que poderá ser convertida em processo administrativo.
- 40.** A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, sobre o Governo digital, no caso dos municípios, estabelece que
- (A) não estão incluídos entre os entes da federação aos quais se aplica esta lei, dado que ela é restrita à esfera federal e à estadual.
 - (B) se aplica apenas à administração direta, nos mesmos termos que na esfera federal, com base na própria lei sem necessidade de adoção de seus comandos por meio de atos normativos próprios.
 - (C) se aplica apenas à administração direta, nos mesmos termos que na esfera federal, mas com adoção dos comandos desta lei por meio de atos normativos próprios.
 - (D) se aplica à administração direta e indireta, nos mesmos termos que na esfera federal, mas com adoção dos comandos dessa lei por meio de atos normativos próprios.
 - (E) se aplica à administração direta e indireta, nos mesmos termos que na esfera federal, com base na própria lei sem necessidade de adoção de seus comandos por meio de atos normativos próprios.
- 41.** Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), aplicáveis a todas as esferas de governo, inclusive municipal, é correto afirmar que a LOA
- (A) e a LDO têm vigência anual, sendo que a LOA depende da LDO.
 - (B) e a LDO têm vigência anual, sendo que a LOA independe da LDO.
 - (C) tem vigência anual, e a LDO tem vigência bienal, sendo que a LOA depende da LDO.
 - (D) tem vigência anual, e a LDO tem vigência bienal, sendo que a LOA independe da LDO.
 - (E) tem vigência anual, e a LDO tem vigência permanente, sendo que a LOA depende da LDO.
- 42.** Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) é obrigação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de uma série de atos que impliquem aumento de despesas.
 - (B) é obrigação exclusiva do Ministério Público do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de uma série de atos que impliquem aumento de despesas.
 - (C) é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de uma série de atos que impliquem aumento de despesas.
 - (D) é facultado exclusivamente ao Ministério Público do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de uma série de atos que impliquem aumento de despesas.
 - (E) entra em vigor automaticamente o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de uma série de atos que impliquem aumento de despesas.

43. Uma prefeitura tem em seu imobilizado uma máquina e um veículo especial fora de estrada, cujos valores ao final do período estão expressos a seguir:

	Máquina	Veículo
Valor bruto de registro	R\$ 12.000.000	R\$ 10.000.000
Depreciação acumulada	R\$ 3.000.000	R\$ 5.000.000
Valor em uso do bem	R\$ 8.000.000	R\$ 2.000.000
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 7.000.000	R\$ 3.000.000

Com base nesses valores, o valor das perdas por redução ao valor recuperável será

- (A) nulo, pois não se aplica a nenhum dos dois bens.
 (B) de R\$ 1.000.000, pois é aplicável somente à máquina.
 (C) de R\$ 3.000.000, pois é aplicável somente ao veículo.
 (D) de R\$ 3.000.000 no total, sendo de R\$ 1.000.000 para a máquina e R\$ 2.000.000 para o veículo.
 (E) de R\$ 5.000.000 no total, sendo de R\$ 2.000.000 para a máquina e R\$ 3.000.000 para o veículo.

44. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores:

- (A) deterioração física; desgastes com uso e desvalorização no mercado.
 (B) deterioração física; desgastes com uso e obsolescência.
 (C) deterioração física; desvalorização no mercado e obsolescência.
 (D) desvalorização no mercado, desgastes com uso e juros sobre o investimento.
 (E) desgastes com uso, juros sobre o investimento e inflação.

45. O preço que a entidade pública paga para adquirir separadamente um ativo intangível, normalmente, reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados, incorporados no ativo, fluírem a seu favor, e o custo do ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- (A) seu preço de compra, acrescido de impostos recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
 (B) seu preço de compra, acrescido de impostos recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais, descontos financeiros e abatimentos; e qualquer custo indiretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
 (C) seu preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
 (D) seu preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e qualquer custo direta ou indiretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
 (E) seu preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e qualquer custo indiretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

46. São exemplos de provisão no contexto atual trazido pelo processo de convergência às normas internacionais de contabilidade adotadas pela contabilidade pública brasileira:

- (A) provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas com investimentos e provisão para riscos trabalhistas.
 (B) provisão para riscos trabalhistas, provisão para riscos fiscais e provisão para riscos cíveis.
 (C) provisão para férias, provisão para décimo terceiro salário e provisão para riscos trabalhistas.
 (D) provisão para perdas com investimentos, provisão para riscos fiscais e provisão para riscos trabalhistas.
 (E) provisão para riscos fiscais, provisão para perdas com investimentos e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

47. A parceria público-privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens que se diferencia da concessão comum por
- envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes.
 - envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, mas não admitir a repartição de riscos entre as partes.
 - envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, mas não admitir a ele nem cobrança de tarifa e nem a repartição de riscos entre as partes.
 - não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, mas prever a repartição de riscos entre as partes.
 - não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e não admitir a repartição de riscos entre as partes.
48. Entende-se por dívida ativa o conjunto de créditos tributários
- em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei devidamente inscrito a tempo pelo órgão, divisão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.
 - em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.
 - em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei devidamente inscrito pelo órgão, divisão ou entidade competente, mesmo sem apuração de certeza e liquidez.
 - e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, mesmo sem apuração de certeza e liquidez.
 - e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.
49. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.
- Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente, o Balanço Patrimonial é composto por
- Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes, Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.
 - Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes, Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit / Déficit Operacional.
 - Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.
 - Quadro dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes, Quadro das Contas Orçamentárias, Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit / Déficit Operacional.
 - Quadro dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes, Quadro das Contas Orçamentárias, Quadro do Superávit / Déficit Operacional e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.
50. A NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis tem como objetivo estabelecer como as demonstrações contábeis devem ser apresentadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades. Para alcançar esse objetivo, estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, utilizando-se de quadros para evidenciar a composição de cada uma das demonstrações. O _____, que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, tem em comum, na sua composição com três quadros, o quadro intitulado _____, comparativamente ao _____, enquanto que o _____ é demonstrado por um quadro único.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- Balanço Orçamentário ... Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes ... Balanço Patrimonial ... Balanço Financeiro
 - Balanço Orçamentário ... Quadro Principal ... Balanço Patrimonial ... Balanço Financeiro
 - Balanço Orçamentário ... Quadro Principal ... Balanço Financeiro ... Balanço Patrimonial
 - Balanço Patrimonial ... Quadro das Contas de Compensação (controle) ... Balanço Orçamentário ... Balanço Financeiro
 - Balanço Patrimonial ... Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes ... Balanço Financeiro ... Balanço Orçamentário

